



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0020614-65.2009.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação de Exigir Contas - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Tatiane Maria Alvarenga**
 Requerido: **Banco Bradesco Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Tendo em vista que o réu deixou de apresentar as contas como determinado na sentença de primeira fase, confirmada pelo venerando acórdão de folhas 307/311, homologo o cálculo apresentado pela autora às folhas 328/329, declarando o saldo bancário da conta poupança da autora, atualizado até abril de 2015, em R\$ 20.076,77 (vinte mil, setenta e seis reais e setenta e sete centavos).

De rigor, ainda, a condenação do réu nos honorários sucumbenciais, por não ter oferecido as contas determinadas na sentença de primeira fase.

Nesse sentido:

9051892-77.2009.8.26.0000 Apelação

Relator(a): Cesar Lacerda

Comarca: São Paulo

Órgão julgador: 28ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 27/08/2012

Data de registro: 28/08/2012

Outros números: 1293640100

Ementa: “Mandato. Prestação de contas. Segunda fase. Saldo apurado em favor de ex-clientes. Correção monetária. Termo inicial. A ausência, ou o atraso, de repasse ao cliente de valores levantados em juízo, torna inafastável a incidência de correção monetária sobre o saldo apurado em segunda fase de ação de prestação de contas desde os respectivos levantamentos. **Condenação em honorários. Cabimento. Em face da resistência do réu e de seu sucumbimento nessa segunda etapa da demanda, impõe-se sua condenação**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ao pagamento de honorários advocatícios. Recurso não provido.” (grifei)

Dessa maneira, condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da segunda fase, esses fixados em R\$ 2.000,00, ante a ausência de complexidade, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 22 de junho de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**